

# Concepções da democracia e do socialismo no partido dos trabalhadores

Paula Berbet

**Como citar:** BERBET, P. Concepções da democracia e do socialismo no partido dos trabalhadores. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 273-276.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p273-276>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# Concepções da democracia e do socialismo no Partido dos Trabalhadores

Paula Berbert<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Desde a sua fundação, em 1980, o debate sobre o vínculo entre democracia e socialismo aparece como uma questão fundamental para o Partido dos Trabalhadores (PT). Afirmando-se como uma alternativa às tradições autoritárias da política brasileira, o PT propunha um novo modelo para a construção do socialismo no País, no qual a democracia seria o seu caminho e fundamento; e, assim, passa a ser entendida pelo partido como um valor universal, em si e para si.

No decorrer dessa discussão, o conceito de hegemonia, que ocupa um lugar central na reflexão marxista de Antonio Gramsci, foi absorvido pelo discurso petista. Contrariando a noção liberal de democracia, na qual esta é percebida como um sinônimo de pluralismo, a concepção socialista deveria colocar claramente a questão da hegemonia e da dominação de classe, como questão central de todo o poder. Nesse sentido, a proposta petista, nos primeiros anos de partido, era de construir uma democracia socialista, pluralista e de massas, em que a hegemonia caberia ao conjunto dos trabalhadores, representados através da diversidade de suas organizações de massa e sob a direção política do(s) partido(s) de vanguarda da classe operária. (Cf. COELHO, 2004)

Esta pesquisa pretende problematizar as conseqüências políticas da apropriação petista da noção de democracia como um valor universal, bem como discutir de que maneira a instrumentalização do conceito de hegemonia contribuiu para a sua transformação programática, no período de 1979 a 2004. A obra de Carlos Nelson Coutinho (1980, 1992 e 2000) de Francisco Welfort (1984 e 1989) será usada como fundamento teórico dessa discussão, pois ambos se incluíram nesse debate, principalmente, através de seus livros: *A democracia como um valor universal* e *Democracia e Socialismo*, de Coutinho, e *Por que democracia?*, de Welfort.

## DEBATE

Em meados da década de 1980, quando o processo de redemocratização estava em curso, muitas questões políticas passaram a ser amplamente discutidas. Entre elas destaca-se a questão da democracia e seu vínculo com o socialismo, ponto chave para a esquerda que propunha uma renovação política no cenário brasileiro. É nesse debate que se inclui o ensaio de Carlos Nelson Coutinho – *A democracia como um valor universal* – no qual ele argumenta a favor da democracia política como o caminho para a construção do projeto socialista no Brasil.

<sup>1</sup> Graduanda de Ciências Sociais, pela UNICAMP e pesquisadora do grupo de estudo "Estratégia do contratempo: Uma investigação sobre o conceito gramsciano de hegemonia" ligado ao Centro de Estudos Marxistas (CEMARX). Contato: paulaberbert@gmail.com

Os argumentos do autor são sofisticados. Para demonstrar por que a democracia deve ser entendida como um valor, Coutinho se apropriou da definição lukácsiana a esse respeito: valor é “tudo o que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou indiretamente, para a explicitação desse ser genérico. [...]. As componentes da essência genérica do homem são, para Marx, o trabalho (a objetivação), a sociabilidade, a consciência e a liberdade. [...]. Pode-se considerar ‘valor’ tudo o que, em qualquer das esferas [do ser social] e em relação à situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daquelas componentes essenciais” (LUKÁCS, 1989, p.86 e ss.). Portanto, à medida que contribuiria para explicitar essas componentes, a democracia deveria ser um valor; e tornar-se-ia universal por ser capaz de fazê-lo tanto no interior do capitalismo quanto no do socialismo. Ele ainda afirma que a teoria liberal moderna entenderia democracia como um sinônimo de pluralismo e a defesa da hegemonia ou da dominação de uma classe sobre outras como sinônimo de totalitarismo e despotismo. Essa linha de pensamento disfarçaria ideologicamente a sua dominação por meio da “neutralidade” do Estado. A teoria socialista, ao contrário, deveria colocar claramente a questão da hegemonia e da dominação classista como questão central de todo poder. Nesse sentido, uma vez que a discussão sobre a democracia e socialismo se dá nesse contexto, a democracia socialista deveria ser pluralista e de massas, em que a hegemonia caberia ao conjunto dos trabalhadores, representados através da pluralidade de seus organismos de massa e sob a direção política do(s) partido(s) de vanguarda da classe operária. Essa democracia fundaria sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia. “A relação entre a democracia socialista com a liberal é uma relação de superação: a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda”. (COUTINHO, 1980, p. 31).

Francisco Weffort argumenta no mesmo sentido. Segundo ele, a democracia perdeu o seu fundamento burguês na medida em que aconteceu a conquista popular do sufrágio universal, o fortalecimento dos sindicatos e o surgimento dos partidos operários. Weffort estabelece que as democracias da atualidade estariam sob hegemonia burguesa, hegemonia essa que estaria em constante disputa por parte dos trabalhadores. Logo, a proposição da corrente marxista que entende a democracia política como a forma, por excelência, de dominação burguesa, estaria errada. É o que podemos concluir a partir deste trecho de Por que democracia?:

“Chamar as modernas democracias européias atuais de burguesas só é possível à custa de um enorme empobrecimento da análise e, por consequência, da perspectiva política. Seria mais correto dizer que são democracias sob hegemonia burguesa, aliás hegemonia em permanente disputa por parte dos trabalhadores. O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua. E é assim, de fato. Não se pode falar de democracia no sentido moderno da palavra se esquecermos as lutas dos trabalhadores para que ela viesse a ser o que é.” (WEFFORT, 1985, p.38n)

É o que se conclui também a partir desses escritos de Coutinho (1980, p. 26):

Como se sabe, elemento essencial da democracia liberal é a afirmação da soberania popular, de que todos são cidadãos e participam igualmente na formação da vontade política geral; contudo, nos primeiros regimes liberais, tal afirmação não tinha correspondência na realidade. Basta pensar no fato de que o sufrágio universal, uma medida essencial para tornar viável a efetivação daquele princípio igualitário no plano formal, só foi conquistado na maioria dos países desenvolvidos – e graças às lutas da classe operária – em final do século XIX ou início do XX.

Segundo os críticos de Coutinho e Weffort, ambos teriam perdido de vista que o Estado organiza a dominação de classe e se define pela função social que exerce, qual seja, a de defender os interesses da classe dominante na perpetuação do capitalismo (Cf. p. ex. MORAES, 2001). Assim, ainda que os trabalhadores gozem do direito de expressar suas opiniões e posições no debate político, é importante ressaltar que o acesso a ele se dá de maneira desigual, e essa desigualdade é constituída por meio da separação entre classes sociais. Dessa forma, mesmo que a democracia possibilite o embate político regulamentado entre as classes, o Estado, maior instituição política e única capaz de exercer coerção sobre todas as pessoas, serve, em última instância, aos interesses burgueses, que são diametralmente opostos aos interesses do proletariado. Por isso, ainda que o Estado capitalista sofra um intenso processo de democratização, o acesso e o controle de núcleos estratégicos do poder político por parte dos trabalhadores sempre será parcial e restrito.

É nesse sentido que Caio Navarro de Toledo fundamenta sua crítica. Toledo levantou quatro teses características a chamada "esquerda democrática": a democracia estaria acima das classes; atualmente a democracia é, fundamentalmente, um poder exclusivo das classes trabalhadoras; a conquista da hegemonia é essencial para a classe trabalhadora; e o socialismo democrático deve ser construído por meios consensuais, ou seja, democráticos. Desse modo, esse autor concluiu que a relação que o pensamento socialista tinha com a questão democrática na plena vigência do capitalismo era paradoxal, pois, mesmo que radicalmente democráticos, os socialistas não fizeram da democracia uma nova panacéia, nas suas palavras:

Os socialistas se batem resolutamente pela democracia; não pela democracia em si ou abstrata. Lutam por uma democracia de maioria, com liberdade e igualdade social, e um Estado sob controle popular. A democracia é um valor no processo da construção do socialismo. Uma forma política e social a ser permanentemente transformada e aperfeiçoada. (TOLEDO, 1994, p. 136)

Em sentido semelhante argumenta João Quartim de Moraes (2001). Já Eurelino Coelho considera necessário problematizar a apropriação petista da categoria gramsciana de hegemonia. Esse autor demonstra que o partido sofreu um processo de mudanças teóricas e programáticas, e que este já estava avançado desde de a década de 1990. A hipótese geral levantada por Coelho é de que para que essa mudança foi fundamentada em um deslocamento de significado sobre certos conceitos gramscianos, especialmente no de hegemonia (Cf. COELHO, 2005

Depois de reconstruído o debate teórico em que essa problemática se localiza, convém apresentarmos e desenvolvermos as perguntas centrais que esta pesquisa pretende responder. Quais sejam:

- 1) A noção de democracia como um valor universal, de acordo com a argumentação de Coutinho e Weffort, coloca-se além da concepção liberal de democracia?
- 2) De que maneira a noção de hegemonia se relaciona com a concepção de democracia como um valor universal? Como essa hegemonia deveria se realizar no seio das massas de acordo com as propostas petistas? Houve mudanças no discurso do PT a esse respeito no período de 1979 a 2005?
- 3) Como essa noção de democracia como um valor universal se articula com uma estratégia socialista? Pensando nisso, até que ponto o Partido dos Trabalhadores se configurou como uma opção socialista eficaz?

O estudo preliminar dessas questões nos permitiu levantar as seguintes hipóteses, que serão colocadas à prova no decorrer da pesquisa:

- 1) A maneira como Coutinho e Weffort se apropriam da democracia como um valor universal inviabiliza, do ponto de vista teórico, a construção da estratégia do socialismo. Isso acontece porque no decorrer da análise de ambos a concepção marxista de ruptura é diluída, e o socialismo aparece como continuidade do modelo capitalista.
- 2) A democracia de massas – enquanto caminho real para o socialismo – pressupõe que a conquista da hegemonia se faça por meio do consenso majoritário das correntes políticas e das classes e camadas sociais subalternas; seria, portanto, uma unidade dentro da diversidade. Entretanto, a posição petista em relação a isso parece ser ambígua. Em um primeiro momento, a hegemonia deveria ser da classe operária junto ao povo, e em um segundo momento o discurso do PT estabelecería que a hegemonia deveria ser do próprio partido, passando a entendê-la como uma simples maioria eleitoral.

Ainda que a retórica do PT fosse permeada de maneira muito evidente, sobretudo nos seus primeiros anos de existência, pelo vocabulário marxista, as suas propostas práticas apontam para um outro rumo. Do ponto de vista teórico é inviabilizada a construção de uma estratégia socialista de superação da ordem do capital. Isso acontece porque com o passar do tempo a idéia ruptura é abandonada pelo PT. As noções sobre como as mudanças políticas e econômicas deveriam se dar, no sentido de possibilitar a construção do socialismo, parecem ser de caráter limitado, implicando em uma diluição do antagonismo social e em uma redução da estratégia socialista a um programa de reformas do modelo capitalista. Por isso, o Partido dos Trabalhadores poderia ser encarado como uma opção inovadora, dentro do cenário político da década de 1980. Entretanto, é preciso analisar suas propostas e seus discursos de maneira mais cuidadosa, antes de afirmarmos que essa opção inovadora pretendia trilhar os caminhos do socialismo.

## REFERÊNCIAS

- COELHO, Eurelino. Outras hegemonias: sobre algumas leituras petistas de Gramsci e suas reviravoltas. Outubro, São Paulo, n. 12, p. 123-141, 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- \_\_\_\_\_. Democracia e Socialismo. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo Cortez, 2000.
- MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. Crítica Marxista, São Paulo, n. 12, p. 9-40, 2001.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- SADER, Emir (Org.). E agora PT? Caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, s/ data.
- SINGER, André. O PT, São Paulo: Publifolha, 2001. – (Folha Explica)
- TOLEDO, Caio Navarro de. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In: DAGNINO, Evelina. Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 127-136.
- WEFFORT, Francisco. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. (Org.). PT: um projeto para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. Qual democracia? São Paulo: Companhia das Letras, 1996.